

# Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

## Ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Itapeva/SP, em 14/12/2012

<i>Relação dos Membros dos Plenários - Presentes</i>	
Entidade	Nome
ABCON	José Braga
AME	Maria Natalina Mazochi
	Paulo Henrique Pereira
	Patrícia Akemi Omura
ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme
	Maria das Graças Martini
	Paulo Roberto S. Tinel
CENA	p/Marcos Vinícius Folegatti
CETESB	Eneida Mara Moraes Zanella
CIESP - DR Americana	p/ Roberto Mario Polga
CIESP - DR Bragança Pta	p/ Roberto Mario Polga
CIESP - DR Jundiá	Roberto Mario Polga
CIESP - DR Limeira	Eduardo Lovo Paschoalotti
CIESP - DR Piracicaba	p/ Roberto Mario Polga
CIESP - DR Santa Barbara D Oeste	p/ Roberto Mario Polga
Circuito Tur. Serras Verdes	José Carlos Zambone
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
Consórcio Pirai	Francisco Antonio Moschini
COPASA	Alexandre José Grego
COOPERVAP	Eduardo Lovo Paschoalotti
DAE Americana	Romualdo José Kokol
DAEE	Leonildo Ednilson Urbano
	Luiz Roberto Moretti
Elo Ambiental	Claudia Grabher
FLORESPI	p/ Claudia Grabher
Fórum das Entidades Civas	p/ Luiz Antonio Carvalho e S. Brasi
IEF	Raquel Junqueira Costa
IGAM	p/ Alexandre José Grego
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
IPSA	Waldemar Bóbbo
Ministério da Integração Nacional	José Luiz de Souza
P.M. de Americana	Romualdo José Kokol
P.M. de Amparo	Antônio Carlos Siqueira
P.M. de Analândia	José Batista Marinho
PM de Camanducaia	Célio de Faria Santos
PM de Campinas	Maria Fernanda S. Chiocchetti
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira
P.M. de Holambra	José Antonio de Andrade Dias da Silva
P.M. de Hortolândia	p/ Gerson Ferreira
P.M. de Indaiatuba	Lucidalva Luz dos Santos
P.M. de Ipeúna	Ildebran Prata
P.M. de Iracemópolis	p/ Celso Eduardo Crystal
P.M. de Itapeva	Urias Paulo Furquim
	Sidney José da Rosa
P.M. de Itatiba	Idésio Masiero
P.M. de Itu	Aginaldo José Simão
P.M. de Itupeva	p/ Romeu Hiroyuki Wakabayashi
P.M. de Jundiá	Maria das Graças Martini
P.M. de Piracicaba	Barjas Negri
P.M. de Rio Claro	Geraldo Gonçalves Pereira
P.M. de Sta Bárbara d'Oeste	p/ Célia Maria Campos
P.M. de Sta Gertrudes	p/ Carlos Alberto do Carmo
P.M. de Socorro	p/ Salet de Fátima Torres Ishkawa
P.M. de Várzea Paulista	Marcelo Firmino de Oliveira
Rotary Internacional D- 4590	Luiz Antônio C. e Silva Brasi

SAA	Ângelo César Bosqueiro
SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo
	Osvaldo de Oliveira Vieira
Secretaria de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek
Secretaria de Energia	Daniel Jesus de Lima
SINMEC	José Maria do Couto
SMA	Egberto da Fonseca Casazza
SORIDEMA	p/ Claudia Grabher
SR Campinas	p/ Luis Antonio Carvalho e S. Brasi
SR Rio Claro	p/ Luis Antonio Carvalho e S. Brasi
SR Extrema	Ana Maria Heleno de Oliveira
SRHU/MMA	p/ Roseli dos Santos Souza
SSRH	Leonildo Ednilson Urbano
	Luiz Roberto Moretti
UNICA	André Elia Neto
<i>Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada</i>	
Entidade	Nome
4ª Cia de Polícia Ambiental	Fábio da Nóbrega
ABES-SP	Ana Maria Souza Pereira
P.M. de Limeira	Rogério Mesquita
Secretaria da Fazenda	Tabir P. de Macedo Filho
Secretaria de Planejamento	Ester Aparecida Viana
	Gabriel Chamma Jr.
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
	Marcos Cesar Prado
Secretaria dos Transportes	Marcelo Pocci Bandeira
	Augusto Olavo leite
SIESP - SindiEnergia	Vitor Pereira Pinto
SR Limeira	Nilton Piccin

Aos 14 dias do mês de dezembro de 2012, nas dependências do Hotel Resort Vale Suíço, em Itapeva/MG, realizou-se a 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; PCJ FEDERAL e CBH-PJ), registrando-se a participação de 119 pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do governo federal, conforme "Relação dos Membros dos Plenários Presentes" e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Abertura:** Após o encerramento 10ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em atendimento a necessidade de adequações no Estatuto do CBH-PCJ e nos Regimentos Internos do PCJ FEDERAL e do CBH-PJ, o Secretário-executivo dos Comitês PCJ, Sr. Luiz Roberto Moretti, deu início à 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, convidando aos membros da mesa dirigente a permanecerem em seus lugares e nominando as entidades representadas na reunião, confirmou a existência de quorum nos três comitês. O Sr. Moretti pediu autorização dos Presidentes dos Comitês PCJ e solicitou a inversão de pauta, no que se refere ao item Informes, para que seja o último item da pauta a ser discutido e, os demais, na sequência apresentada. Colocada em votação, a inversão solicitada foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento à reunião, passou ao item **2. Assuntos a deliberar: 2.1. Ata da reunião realizada no dia**



## Ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Itapeva/SP, em 14/12/2012

- 31/07/2012 nas dependências do Hotel Fazenda São João, no município de São Pedro/SP: O Sr. Moretti explicou tratar-se da minuta da ata da última reunião plenária, ocorrida no município de São Pedro/SP, e questionou sobre a necessidade de leitura da ata. Dispensada a leitura, foi aberta a palavra para discussão e, não havendo manifestação, colocou a minuta da ata em votação, sendo aprovada por unanimidade, sem alterações. **2.2. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 158/12 que “Referenda Atos dos Presidentes dos Comitês PCJ:** O Sr. Moretti detalhou a Deliberação *ad referendum* nº 151/2012, de 04/09/2012, que ratificou o Termo de Transferência das funções de Secretária Executiva do CBH-PCJ, do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) para a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência PCJ). Após, o Sr. Moretti discorreu sobre a Deliberação *ad referendum* nº 152/2012, de 03/10/2012, que indicou empreendimentos relacionados na Deliberação dos Comitês PCJ nº 142/12 para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em corpos hídricos de domínio da União e do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ, e do FEHIDRO, referentes ao exercício de 2012. Na sequência, o Sr. Moretti, informou sobre a Deliberação *ad referendum* nº 153/2012, de 05/11/2012, que Referenda o Parecer Técnico do GT-Empreendimentos nº 04/2012, sobre o empreendimento: Modernização da Refinaria de Paulínia - REPLAN/PETROBRÁS, tendo em vista a solicitação da Petróleo Brasileiro S/A PETROBRÁS, aos Comitês PCJ, quanto à possibilidade de alteração de destinação de recursos de atividade prevista no Plano de Trabalho e Relatório das Ações Executadas aprovado por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 092/2010, de 09/12/2010, suprimindo a ação denominada “Contração de um novo cadastramento de usuários de águas superficiais (para irrigação) dos Rios Camanducaia e Jaguari a montante da REPLAN”, e adicionando ações relativas às barragens PCJ (nos rios Camanducaia e Jaguari), por tratem-se de ações de extrema prioridade, inclusive previstas no Plano de Bacias PCJ 2012-2020. O Sr. Moretti detalhou a Deliberação *ad referendum* nº 154/2012, de 16/11/2012, que aprovou o calendário e os procedimentos eleitorais e constituiu Comissão Eleitoral para as eleições do CBH-PJ, para o mandato 2013/2017, explicando seu conteúdo e objetivo. Posteriormente aos esclarecimentos, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações dos membros do plenário e, não havendo, colocou a Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 158/12 que “Referenda Atos dos Presidentes dos Comitês PCJ” em votação, que foi aprovada por unanimidade. **2.3. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 159/12, que “Aprova pedido de Abatimento do Valor<sub>DBO</sub> previsto na cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”:** O Sr. Moretti lembrou que o mecanismo diferenciado de pagamento do “Valor<sub>DBO</sub>” é um procedimento aprovado pela Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 049/06, de 28/09/06, previsto na cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, nas Bacias PCJ. O Sr. Moretti informou que a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A, de Campinas (SANASA) solicitou, aos Comitês PCJ, abatimento no “Valor<sub>DBO</sub>”, em 09/10/2012, referente aos investimentos a serem realizados no ano de 2013, totalizando R\$ 1.529.229,55 (um milhão, quinhentos e vinte e nove mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos) para as obras da Estação de Tratamento de Esgoto Sousas/Joaquim Egídio, no município de Campinas e que a Agência PCJ, analisou a solicitação referente aos futuros investimentos nas obras da Estação de Tratamento de Esgoto Sousas/Joaquim Egídio, através do Parecer Técnico nº 11/2012, de 16/11/2012, disponibilizado para esta reunião. Após os esclarecimentos, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestação dos membros, e, não havendo, o Sr. Moretti colocou a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 159/12, em votação sendo a solicitação aprovada por unanimidade. **2.4. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, que “Estabelece novos valores para os PUBs das cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Cobranças PCJ) e dá outras providências:** O Sr. Moretti explicou que em 2011 a Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ (CT-PB), reativou, no seu âmbito, os trabalhos do Grupo de Trabalho específico que tratou da cobrança pelo uso das águas nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, com a denominação de "GT-Cobrança". Esclareceu que este GT estudou e analisou a atualização dos valores praticados para as cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias PCJ, para propor novos valores para os Preços Unitários Básicos (PUBs) das Cobranças PCJ, tendo em vista que no período de 2006 a 2012 não houve correção dos valores dos mesmos, os quais são utilizados para o cálculo dos valores arrecadados com as cobranças PCJ, gerando uma defasagem na relação entre o montante arrecadado e o necessário a ser investido de acordo com o plano de bacias, passando de 20%, à época de implantação da cobrança PCJ, para os atuais 15%. O Sr. Moretti informou, ainda, que o GT-Cobrança, coordenado inicialmente pelo CIESP, Diretoria Regional de Jundiá, e agora pelo DAEE, realizou 10 Reuniões Ordinárias para tratar desse assunto, no período de 27/07/2011 a 19/09/2012, discutindo e formulando propostas sobre o assunto; realizou 3 seminários para os setores de saneamento e da indústria, bem como uma reunião da CT-Indústria, específica sobre o assunto. O Sr. Moretti ressaltou, ainda, que o assunto foi levado para discussão na Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), a qual realizou 3 (três) reuniões, sendo o assunto, posteriormente, enviado para discussões finais relativas à determinação dos preços e dos prazos que deverão ser praticados à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), pois não se obteve consenso acerca dos valores e prazos



## Ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Itapeva/SP, em 14/12/2012

- que deveriam ser adotados. O Sr. Moretti, cientificou que durante a 49ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada na Biblioteca Municipal de Piracicaba, Piracicaba/SP, no dia 23/11/2012 foi apresentada simulação de valores com reajustes dos PUBs elaborada com base em discussões na CT-PB, prevendo a Meta de 17,5% dos investimentos do plano de bacias cobertos com as cobranças, com reajuste a partir de 01/07/2013, chegando-se ao resultado da necessidade de reajuste anual dos PUBs em cerca de 7,3% ao ano. Que na reunião da CT-PL, representantes do setor de saneamento dos Comitês PCJ presentes à reunião apresentaram “proposta alternativa”, na qual se manteria a meta da cobrança cobrir 17,5% das necessidades de investimentos previstas no Plano das Bacias PCJ 2010-2020, no ano de 2020, porém com o reajuste anual iniciando-se em 2014, com os PUBs válidos já em janeiro de 2014, mantendo-se os atuais PUBs para as cobranças em 2013, e aprovando-se novos valores, com aumento gradativo dos PUBs para os próximos 3 (três) anos, ou seja: 2014, 2015 e 2016, para não causar impacto significativo aos usuários, sendo que deverão ser feitos novos estudos para os valores dos PUBs a partir de 2017, e que esta proposta ocasionará um índice de reajuste anual superior aos 7,3% mostrados anteriormente. Mediante os esclarecimentos, o Sr. Moretti informou que a “proposta alternativa” mencionada foi aprovada na CT-PL e é a que consta dos termos da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, em questão. Na sequência, o Sr. Moretti informou que a mesa diretiva dos trabalhos, recebeu manifestação dos representantes do segmento usuários de recursos hídricos, do setor indústria, comércio, de prestação de serviços e de mineração, onde são levantados pontos sobre a construção da presente proposta e são indicadas três alternativas para o assunto:
- a) que o assunto, e sua respectiva minuta de deliberação, sejam retirados de pauta e volte para discussão no âmbito Câmara Técnica de Planejamento – CT-PL; b) que o estudo de fundamentação seja elaborado pela Agência das Bacias PCJ e que o mesma apresente subsídios para continuidade da discussão no âmbito dos Comitês PCJ; e c) que os princípios técnicos e legais previstos nas legislações federais, paulista e mineira, para a gestão dos recursos hídricos sejam plenamente considerados para a construção do PACTO, com vista à proposta de ajuste dos valores dos mecanismos e critérios da cobrança vigente. O Sr. Moretti, esclareceu que a atualização dos valores dos Preços Unitários Básicos (PUBs) praticados para as cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ têm fundamentação já feita quando do início das cobranças nas Bacias PCJ e que os segmentos e setores dos Comitês PCJ os aprovaram por unanimidade que a cobrança, representava, de acordo com o Plano de Bacias vigente à época, investimentos com percentual de 20% do total previsto, para a recuperação da qualidade e quantidade dos mananciais das Bacias PCJ, aplicando-se os mecanismos e os PUBs aprovados nos termos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 025/05, de 21/10/2005 e da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 027/05, de 30/11/2005. Ainda, ressaltou, conforme já mencionado, que os valores da cobrança estão defasados desde o ano de 2006, constatando-se uma desvalorização os valores arrecadados com as cobranças PCJ, que hoje representam cerca de 15% dos investimentos necessários, não sendo possível atender a todos os investimentos propostos pelo Plano de Bacias, e que os estudos que fundamentam a proposta de reajuste da cobrança em análise são suficientes e foram realizados, apresentados e discutidos não só desde 2011, mas ao longo dos últimos 07 (sete) anos, principalmente em virtude da aprovação do Plano de Bacias 2010-2020, conforme já informado. Complementou dizendo que os valores arrecadados a partir do reajuste serão aplicados nos projetos que visem atender às ações expostas no Plano de Bacias, até 2020. O Sr. Roberto Mário Polga, do CIESP, Diretoria Regional de Jundiá, contestou a argumentação financeira em questão, afirmando que dentre os instrumentos de gestão da Política de Recursos Hídricos instituídos, o instrumento cobrança pelo uso dos recursos hídricos não tem foco financeiro e sim de ser um mecanismo jurídico-administrativo que estabelece diretrizes básicas para o controle e preservação dos recursos hídricos e que apesar da defasagem financeira nas cobranças PCJ, as Bacias PCJ, têm atingido seus objetivos. O Sr. Polga informou, ainda, sobre os projetos de redução da captação e do consumo de água e sobre os investimentos vultosos na questão de tratamento de efluentes e o reúso da água no setor industrial. O Sr. Sergio Razera, Diretor Administrativo-financeiro da Agência PCJ, explicou que no trâmite de qualquer alteração nos valores dos PUBs, deve conter o encaminhamento para deliberação dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (SP e MG) e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Para a cobrança federal, após a aprovação do CNRH, a mesma é enviada à Agência Nacional de Águas (ANA) para implantação. Em São Paulo, após aprovação do CRH, encaminha-se a proposta ao Governador do Estado para formulação de decreto referente ao reajuste da cobrança; por isso considera fundamental uma decisão sobre o reajuste das cobranças PCJ para 2014 sem mais prazos para discussões. O Sr. Francisco Lahóz, Secretário-executivo do Consórcio PCJ, lembrou que foram realizadas duas Oficinas na sede do Consórcio PCJ, visando esclarecer o assunto, onde se constatou a concordância com os reajustes das cobranças PCJ. O Sr. Paulo Tinel, representante da ASSEMAE, informou que o setor de saneamento, e acredita que os demais setores também, não gostam do aumento da cobrança, porém, o setor entende da necessidade desse reajuste para que seja mantida a ferramenta gestão de recursos hídricos ativa. O Sr. Osman Fernandes da Silva, da Agência Nacional de Águas (ANA), cientificou que é uma preocupação nacional a cobrança ter capacidade de financiar os passivos das bacias hidrográficas, identificados pelos Planos de Bacias, tendo ciência do montante necessário



## Ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Itapeva/SP, em 14/12/2012

270 para que a cobrança seja um elemento indutor da  
execução do Plano de Bacias, e que o objetivo principal  
é ter condições mínimas para que o Planos de Bacias  
sejam executáveis. O Sr. Polga solicitou a palavra e  
lembrou que o Estado de São Paulo, nos últimos 12  
275 (doze) anos, tem demonstrado eficiência em relação aos  
demais Estados do País, com relação à utilização dos  
recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos -  
FEHIDRO, que antes do início da cobrança pelo uso dos  
recursos hídricos, eram utilizados, também, como  
recursos para custeio das Secretarias Executivas dos  
280 Comitês de Bacias do Estado de São Paulo,  
demonstrando-se, assim, como uma ferramenta  
extremamente importante, que outros estados não  
souberam utilizar, demonstrando, por isso, a  
importância, para estes outros estados, da cobrança pelo  
285 uso da água. O Sr. Polga, ressaltou, ainda, que o Estado  
de São Paulo está em estágio avançado em relação ao  
assunto e que o foco demonstrado até o presente  
momento, com os recursos da cobrança, é a questão do  
tratamento de esgotos; porém, que esta é uma obrigação  
290 dos municípios, que já têm em seu orçamento a  
cobrança de tarifas de lançamento e afastamento dos  
esgotos. Diante do exposto, o Sr. Polga propôs a  
modificação da destinação dos recursos arrecadados  
com as cobranças PCJ, visando destinar estes recursos  
295 para a elaboração de projetos e o auxílio aos municípios  
para alavancar recursos em outras fontes de  
financiamentos no que tange ao tratamento e  
afastamento de esgotos. O Sr. Michele Consolmagno, da  
Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos  
300 da Região Bragantina - AEAARB-VIVERE, informou  
que é membro da Câmara Técnica do Plano de Bacias  
(CT-PB) e membro do GT-Cobrança, e manifestou sua  
angústia, em verificar, pela primeira vez em 20 anos de  
Comitês PCJ, que não existe um consenso, tendo em  
305 vista que os trabalhos dos Comitês PCJ sempre  
solucionaram suas questão pelos trabalho em grupo.  
Ressaltou que o importante desta discussão é visar à  
capacidade em continuar investir na gestão de recursos  
hídricos das Bacias PCJ, conforme se início em 2005  
310 com as cobranças pelo uso dos recursos hídricos. E  
salientou que após todo o período de discussão sobre o  
reajuste da cobrança, não existe a necessidade de  
estender o prazo para novas discussões, tendo em vista  
que todas as questões levantadas ao longo do processo  
315 foram respondidas e fundamentadas. O Sr. Jonas  
Santarosa, da Prefeitura Municipal de Americana,  
ressaltou a situação dos mananciais das Bacias PCJ,  
mostrando preocupação no abastecimento da região e  
manifestando-se contrário a se retardar o reajuste das  
320 cobranças em análise. Prosseguindo, o Sr. Moretti  
esclareceu que submeteria à votação a proposta de  
adiamento da discussão, conforme apresentada pelo  
setor indústria, comércio, de prestação de serviços e de  
mineração, retirando se pauta a votação da Minuta de  
325 Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12. Feita a  
votação, foram registrados somente os votos do CIESP  
DR- Jundiá e da Única favoráveis à proposta, ficando  
mantida, então, a votação da Minuta de Deliberação dos

330 Comitês PCJ nº 160/12 na forma apresentada. Após, o  
Sr. Moretti informou da existência de proposta  
apresentada pela SABESP de inclusão, no artigo quarto,  
na proposta original, com a seguinte redação: *Fica  
delegado à Agência das Bacias PCJ: inciso I - a  
335 elaboração de relatório contendo a fundamentação da  
proposta ora aprovada; II - até 2016 a apresentação de  
um conjunto de indicadores e instrumentos de gestão,  
visando a avaliação permanente da execução do Plano  
de Bacias e da gestão de aplicação dos recursos da  
cobrança.* Colocada em votação, proposta foi aprovada  
340 por unanimidade. Após, o Sr. Moretti discorreu sobre a  
minuta de deliberação em questão, informando que  
embora os valores de reajuste sejam exatamente os  
mesmos para os três comitês (federal, paulista e  
mineiro), a deliberação possui três anexos, tratando de  
345 cada comitê individualmente, a saber: anexo I, relaciona  
as cobranças nos cursos d'água de domínio da União; o  
anexo II, que é pertinente os cursos d'água de domínio  
do Estado de São Paulo; e o anexo III, que trata dos  
cursos d'água de domínio do estado Minas Gerais. O Sr.  
350 Moretti acrescentou, ainda, que em atendimento ao  
artigo 6º da Lei Estadual Paulista nº 12.183, de 29 de  
dezembro de 2005, que dispõe sobre a cobrança pela  
utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado  
de São Paulo, dos procedimentos para fixação de seus  
355 limites e das condicionantes e valores, impõe que as  
deliberações sobre a cobrança, pelos Comitês de Bacia,  
deverão obedecer aos procedimentos dispostos § 2º do  
art. 6º, e devem ser tomadas por maioria simples (50%  
mais um dos votos), mediante votos dos representantes  
360 da Sociedade Civil, dos Municípios e do Estado, os  
quais terão os seguintes pesos: 40% (quarenta por  
cento), os votos dos representantes de entidades da  
sociedade civil, fixado em 70% (setenta por cento), no  
contexto destas, o peso dos votos das entidades  
365 representativas de usuários pagantes de recursos  
hídricos; 30% (trinta por cento), os votos dos  
representantes dos Municípios; 30% (trinta por cento),  
os votos dos representantes do Estado. Mediante o  
exposto, o Sr. Moretti informou que foi desenvolvida  
370 uma planilha em Excel para o acompanhamento dos  
percentuais das votações. O Sr. Moretti informou, ainda,  
que para os rios de domínio da União e do Estado de  
Minas Gerais, não existe procedimento restritivo, sendo  
que cada segmento tem o seu peso pelo número de  
375 membros que compõem o plenário. Na sequência, o Sr.  
Moretti colocou a proposta em votação aos membros do  
PCJ FEDERAL, que foi aprovada por 33 (trinta e três)  
votos a favor, correspondente a 84,6% dos votos  
(ASSEMAE com 2 votos, ABCON, COOPERVAP,  
380 DAE de Americana, SABESP com 2 votos, SINMEC,  
Sindicato Rural de Campinas, Sindicato Rural de Rio  
Claro, Sindicato Rural de Extrema, CENA, Consórcio  
PCJ, INEVAT, Rotary Internacional D-4590, Fórum das  
Entidades Civis, FLORESPI, SORIDEMA, AME, IEF,  
385 Circuito Turístico Serras Verdes, COPASA, Prefeitura  
Municipal de Indaiatuba, Prefeitura Municipal de Santa  
Gertrudes, Prefeitura Municipal de Campinas, Prefeitura  
Municipal de Amparo, Prefeitura Municipal de



## Ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Itapeva/SP, em 14/12/2012

390 Camanducaia; Prefeitura Municipal de Extrema; SRHU/MMA, Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, Secretaria de Meio Ambiente; com 5 (cinco) votos contra, correspondente a 12,8% dos votos (CIESP DR-Bragança Paulista, CIESP DR-Jundiá, 395 CIESP DR-Americana, CIESP DR-Piracicaba e ÚNICA) e 1 (uma) abstenção, correspondente a 2,6% dos votos (CIESP DR-Limeira). Após, o Sr. Moretti colocou a proposta em votação aos membros do CBH-PJ, sendo aprovada por unanimidade dos 11 (onze) 400 membros presentes, a saber: AME com 3 votos, Circuito Turístico Serras Verdes, COPASA, IEF, SINMEC, Sindicato Rural de Extrema, Prefeitura Municipal de Camanducaia, Prefeitura Municipal de Extrema e Prefeitura Municipal de Itapeva. Após, o Sr. Moretti colocou a proposta em votação aos membros do CBH-PCJ, tendo 32 (trinta e dois) votos a favor (Prefeitura Municipal de Amparo, Prefeitura Municipal de Campinas, Prefeitura Municipal de Indaiatuba, Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes, Prefeitura 410 Municipal de Americana, Prefeitura Municipal de Atibaia, Prefeitura Municipal de Holambra, Prefeitura Municipal de Hortolândia, Prefeitura Municipal de Jundiá, Prefeitura Municipal de Iracemápolis, Prefeitura Municipal de Piracicaba e Prefeitura 415 Municipal de Rio Claro, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Energia, SABESP, CETESB, DAEE, ASSEMAE (2 votos), 420 Sindicato Rural de Campinas, Sindicato Rural de Rio Claro, COOPERVAP, CENA, Rotary Internacional D-4590, INEVAT, FLORESPI, Fórum das Entidades Cívicas, SORIDEMA, Consórcio PCJ); com 01 (um) voto contra (CIESP DR-Bragança Paulista) e 1 (uma) 425 abstenção (CIESP DR-Limeira). Após, o Sr. Moretti solicitou para que fosse inserido na planilha de cálculo dos votos do CBH-PCJ, onde se constatou a existência de 95% dos votos a favor, 5% dos votos contra, aprovando-se a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ 430 nº 160/12, que estabelece novos valores para os PUBs das cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Cobranças PCJ), com a inserção da proposta da SABESP, para os três comitês: CBH-PCJ, PCJ 435 FEDERAL e CBH-PJ. **2.5. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 161/12, que “Aprova calendário, Edital, procedimentos eleitorais e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ, para o mandato 2013/2015, e dá outras providências”:** O Sr. 440 Moretti apresentou a minuta de deliberação sobre o processo eleitoral do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, pontuando as principais alterações propostas pelo GT-Eleições, definindo-se prazos, normas, procedimentos e critérios para orientar o processo de escolha dos 445 representantes dos órgãos e entidades governamentais, dos municípios, dos usuários de recursos hídricos e das organizações cívicas da área de atuação dos Comitês PCJ, de forma a se garantir a realização de processo

integrado de eleição dos seus membros, conforme 450 dispositivos constantes nos Regimentos Internos do PCJ FEDERAL e CBH-PJ e no Estatuto do CBH-PCJ. O Sr. Moretti ressaltou que o processo eleitoral do CBH-PJ será realizado pelo o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, conforme Ofício nº 455 069/2012/GECBH/IGAM/SISEMA, datado de 24 de julho de 2012, e do Ofício nº 346/2012/DG/IGAM/SISEMA, datado de 10 de outubro de 2012, e informou sobre os procedimentos para o processo eleitoral dos comitês de bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações dos membros. Não havendo mais manifestações, as propostas para os Processos Eleitorais foram aprovadas por unanimidade. **2.6. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 465 162/12, que “Aprova plano de trabalho e proposta orçamentária anual da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – exercício 2013 e dá outras providências”:** O Sr. Moretti informou que ocorreram, no dia 25 de outubro de 2012, em Piracicaba/SP, reunião do Conselho Fiscal da Agência PCJ e, no dia 23 de novembro, em Piracicaba/SP, reunião do Conselho Deliberativo da Agência PCJ, quando foram apresentadas e aprovadas as propostas de plano de trabalho e previsão 470 orçamentária da Agência das Bacias PCJ referentes ao ano de 2013 e as apresentou ao plenário, salientando que o custeio administrativo da Agência das Bacias PCJ é coberto pelos 7,5% da cobrança federal, e conforme consta na minuta de deliberação, a proposta para 2013 é de se utilizar os 10% da cobrança paulista. Após as 480 manifestações, o Sr. Moretti colocou as propostas do plano de trabalho e da previsão orçamentária da Agência das Bacias PCJ, exercício de 2013, em votação, sendo aprovadas por unanimidade. **2.7. Minuta de 485 Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12, que “Institui o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2013-2016, e dá outras providências”:** O Sr. Moretti lembrou a todos que no 490 Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, firmado entre a ANA e a Agência das Bacias PCJ, em seu 1º Aditivo, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 136/11, de 16/12/2011, é previsto no Programa de Trabalho, no indicador Planejamento e Gestão, a elaboração de Plano de Aplicação Plurianual (PAP), em consonância ao 495 Plano de Bacias PCJ 2010-2020, e que a Agência PCJ está realizando levantamento sobre outras fontes de financiamentos além dos recursos distribuídos pelos Comitês PCJ, com o intuito de elaborar-se um PAP como instrumento de planejamento de médio prazo, com ações relativas aos Programas de Duração 500 Contínua (PDC), estabelecendo-se as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelos Comitês PCJ ao longo de um período de quatro anos. O Sr. Moretti informou que, no âmbito da CT-PL, o assunto foi 505 apreciado e deliberou-se que o GT-Critérios, constituído para a revisão dos critérios gerais e específicos para seleção de empreendimentos para financiamento com



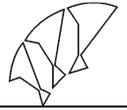
## Ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Itapeva/SP, em 14/12/2012

recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ (federal, paulista e mineira) - orçamento de 2013, formado por representantes da ASSEMAE, do Rotary International, da ABCON, do DAEE, da COOPERVAP, da SMA, da SORIDEMA, da CT-AS, do SAAE/Indaiatuba e da SABESP; estes dois últimos como convidados, trabalhariam para apresentar proposta com ações constantes do PAP-PCJ 2013-2016 visando: a) aplicação de cerca de 50% dos recursos das Cobranças PCJ, correspondentes aos da Cobrança Federal PCJ, como demandas induzidas, por meio do plano plurianual (PAP); b) para o regime anual de indicações, como demanda espontânea, os demais recursos das Cobranças PCJ (cobranças paulista e mineira) e os recursos do FEHIDRO; c) que o fluxo anual de aplicação tenha prazo para término em 2014, sendo que, após esse prazo, a aplicação dos recursos também seja de acordo com um PAP, tanto para o FEHIDRO quanto para as cobranças paulista e mineira. Na sequência, o Sr. Sergio apresentou a proposta de distribuição de valores para o Plano Plurianual, ressaltando que todas as ações apresentadas foram baseadas no Plano de Bacias 2010-2020, não podendo haver inclusões que não façam menção ao mesmo. Na sequência o Sr. Moretti, salientou que as ações constantes do PAP-PCJ 2013-2016 serão custeadas com recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União (Cobrança Federal PCJ), previstos para os próximos 4 anos (exercícios de 2013 a 2016), descontando-se o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), que serão aplicados para financiamento de empreendimentos de Demanda Espontânea no período de 2013 a 2016, nos termos da Deliberação Comitês PCJ nº 164/2012. Caberá à Agência das Bacias PCJ elaborar cronograma anual de contratação das ações propostas no PAP-PCJ 2013-2016, de acordo com prioridades de demandas; contratar e acompanhar a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2013-2016; atualizar, até o dia 31 de março de cada ano, os valores das ações previstas, de acordo com os valores contratados anualmente; propor o remanejamento de saldos não utilizados para outras ações ainda não contratadas e constantes do PAP-PCJ 2013-2016; propor a inclusão ou exclusão de ações com base em demandas futuras e na efetiva arrecadação de recursos da Cobrança Federal PCJ. Após as explanações, o Sr. Moretti abriu espaço para discussão e, não havendo manifestação, colocou a minuta da deliberação em votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.8. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 164/12, que “Define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Espontânea visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO e das cobranças PCJ (federal, paulista e mineira) pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao orçamento de 2013, e dá outras providências”:** O Sr. Moretti iniciou explicando a origem dos recursos a serem deliberados e sobre o grupo de trabalho criado no âmbito da CT-PL para a proposição dos critérios apresentados na minuta de deliberação em análise. Em seguida, o Sr. Moretti iniciou a apresentação da minuta de deliberação sobre os critérios e o cronograma do processo para distribuição de recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, para o exercício 2013, explicando que a proposta apresenta significativas alterações em relação ao ano anterior em virtude do Plano Plurianual e que a minuta de deliberação está de acordo com o Plano de Bacias 2010-2020. O Sr. Moretti detalhou todo o corpo da deliberação, apresentando os percentuais de recursos para cada grupo de empreendimentos e destacando algumas novidades no processo, tais como: a) os investimentos de demanda induzida, que antes eram indicados pelas Câmaras Técnicas e indicados tomadores pela CT-PL, serão inseridos como investimento da Agência das Bacias PCJ, por meio do PAP, cobertos com recursos da cobrança federal, visando agilizar a aplicação desses recursos; b) o PAP também tomará as ações de comunicação, de recomposição de matas ciliares e planos de saneamento; c) as ações de demanda espontânea, principalmente para o PDC 5, serão cobertos com a integralidade dos recursos da cobrança paulista, do FEHIDRO e mais R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) da cobrança federal. Após o Sr. Moretti, informou que o Decreto Paulista nº 51.449/2006, em vigor, estabelece que os recursos para investimentos, decorrentes da Cobrança Paulista PCJ, disponíveis para distribuição pelos Comitês PCJ, poderão ser aplicados até 14% no PDC 1; 18% no PDC 5 e, no mínimo, 67% no PDC 3 Plano de Bacias. Acrescentou que esses percentuais estão sendo alterados pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, que *“Estabelece novos valores para os PUBs das cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Cobranças PCJ)”*, aprovada na presente reunião, sendo de 15% no PDC 1, 45% no PDC 3 e 40% no PDC 5. Contudo, para a distribuição de 2013, os percentuais continuarão sendo próximos dos valores previstos no Decreto Paulista nº 51.449/2006, ficando a prioridade de aplicação dos recursos, da seguinte forma: 1º - atendimento ao limite do PDC 3; 2º - atendimento ao limite do PDC 1; 3º - atendimento ao PDC 5. Após os esclarecimentos, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestação dos membros. A Sra. Claudia Graber, da entidade Elo Ambiental, mostrou satisfação quanto a aplicação do montante de recursos em empreendimentos de Demanda Induzida, que será proveniente da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União (Cobrança Federal PCJ) por meio do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ 2013-2016 (PAP-PCJ 2013-2016) e baseados nas ações dos Programas de Duração Continuada do Plano das Bacias PCJ 2010-2020. Sugeriu, ainda, que seja elaborado cronograma para cada uma das fontes de recursos distribuídos no âmbito dos Comitês PCJ, visando facilitar o entendimento sobre a hierarquização e disponibilização dos recursos. O Sr. Egberto da Fonseca Casazza, representante da Secretaria de Meio Ambiente (SMA), requereu que fossem encaminhadas à Agência das



## Ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Itapeva/SP, em 14/12/2012

- 630 Bacias PCJ, sugestões acerca de alterações dentro dos processos da avaliação dos agentes técnicos e do acompanhamento dos empreendimentos propostos, pelo FEHIDRO e Cobrança Paulista, tendo em vista que a Secretaria de Meio Ambiente, está reavaliando o seu papel enquanto agente técnico, e os tomadores de recursos poderiam auxiliar com sugestões. Após as manifestações do plenário, o Sr. Moretti colocou a minuta de deliberação em votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.9. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 165/12, que “Cancela a indicação do empreendimento “IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DO LIXIVIADO (CHORUME) DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL”, cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Socorro - SP e dá outras providências”:** O Sr. Moretti lembrou que o empreendimento “Implantação do Sistema de Tratamento do Lixiviado (Chorume) do Aterro Sanitário Municipal”, cujo tomador é a Prefeitura Municipal de Socorro/SP, foi indicado na Deliberação dos Comitês PCJ nº 034/2009, de 21/05/2009, para recebimento de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União – Cobrança Federal PCJ, no montante de R\$ 468.308,63 (quatrocentos e sessenta e oito mil trezentos oito reais e sessenta e três centavos) com a apresentação de contrapartida de 10% (dez por cento), no valor de R\$ 52.034,29 (cinquenta e dois mil, trinta e quatro reais e vinte e nove centavos), totalizando o valor global de R\$ 520.342,92 (quinhentos e vinte mil, trezentos e quarenta e dois reais e noventa e dois centavos), e que o empreendimento foi objeto de contrato junto à Caixa Econômica Federal – CEF/Gidur – Jundiá, sob nº 292.312-22/09, de 07/07/2009, cuja vigência expirou em 07/09/2012. O Sr. Moretti cientificou ao plenário que após inúmeras tentativas e orientações por parte da Agência das Bacias PCJ, a Prefeitura Municipal de Socorro não providenciou as devidas contratações e não fez o encaminhamento da respectiva documentação à Caixa Econômica Federal ou à Agência das Bacias PCJ, a fim de que fosse atestado o início do empreendimento em questão. Após, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestação dos membros que analisaram a proposta do cancelamento da indicação em questão. A proposta é de cancelamento da indicação feita para recursos da Cobrança Federal PCJ, com os recursos financeiros correspondentes sendo acrescidos ao orçamento de 2013, para distribuição pelos Comitês PCJ. O Sr. Moretti colocou a proposta em votação. Não havendo manifestações, a Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 165/12, foi aprovada por unanimidade. **3. Informes: 3.1. Secretaria Executiva:** O Sr. Moretti comentou sobre as participações de representantes dos Comitês PCJ, através de Comitiva das Coordenações das Câmaras Técnicas, de Representantes do Fórum Nacional e representantes da CT-PL, que estiveram entre os dias 05 e 09 de novembro de 2012, em Cuiabá/MT, participando do XIV ENCOB – Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas que abordou o tema “Comitês de Bacias: Trabalhando Soluções para a Sustentabilidade da Gestão das Águas”. O Sr. Moretti, informou que foi realizado de 07 a 09 de novembro de 2012, na Escola de Engenharia de Piracicaba/FUMEP - Piracicaba – SP, o IV Workshop sobre a Utilização de SIG na Análise Ambiental, sendo que, para os Comitês PCJ, foi disponibilizada uma vaga para cada Câmara Técnica. O Sr. Moretti parabenizou e informou que os municípios de Campo Limpo Paulista e Várzea Paulista foram classificados para receber recursos do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) - 2012, da Agência Nacional de Águas (ANA) com o Empreendimento - SES CAMPO LIMPO PAULISTA E VÁRZEA PAULISTA - ETE + interligações. O Sr. Moretti informou que Câmara Técnica de Educação Ambiental, em sua 55ª Reunião Ordinária, realizada em 16/10/2012, em Rio Claro, elegeu sua nova coordenação, que ficou assim composta: Coordenadora: Vera Lucia Namura (CETESB); Coordenadora-adjunta: Dorisney Ribeiro de Campos (P.M. de Extrema/MG); Secretária: Elizabeth da Silveira Nunes Salles (P.M. de Piracicaba), dando boas vindas as mesmas. O Sr. Moretti, anunciou que foi lançado no dia 10/10/2012 o 1º Programa da TV PCJ: O Valor da Água, que será exibido quinzenalmente, e já estamos apresentando o 5º programa. Os programas podem ser assistidos através do site da Agência das Bacias PCJ ([www.agenciapcj.org.br](http://www.agenciapcj.org.br)). A iniciativa busca divulgar os trabalhos realizados no âmbito das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Bacias PCJ. O Sr. Moretti informou que a Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia realizou o seminário “Controle Social na Construção de Planos de Bacia: desafios e práticas dos Comitês de Bacias Hidrográficas”, no dia 25 de outubro, em Salvador, e a Sra. Maria Fernanda (P.M. de Campinas) e o Sr. Eduardo Léo (Agência das Bacias PCJ) foram convidados a participar de painéis previstos na programação deste Seminário, mostrando o exemplo das Bacias PCJ. O Sr. Moretti parabenizou a Companhia de Desenvolvimento (CODEN) e a Prefeitura Municipal de Nova Odessa pela inauguração da Estação de Tratamento Quilombo, que esta sendo realizada na presente data, e que irá atender cerca de 60 mil habitantes. O Sr. Moretti, informou que foi realizado, pelo Consórcio PCJ, no dia 09 de novembro de 2012, na ESALQ/USP, no Município de Piracicaba, o 2º Talk Show Sistema Cantareira: Um Mar de Desafios, que objetiva promover esclarecimentos sobre o Sistema Cantareira, atualidades e base para a renovação da outorga em 2014, visando elucidar a comunidade sobre a atual situação e as necessidades futuras, contando com a participação da sociedade nesse debate de forma a contribuir com soluções harmoniosas para a ampliação da oferta de água de qualidade. O Sr. Moretti agradeceu à primeira dama de Itapeva/MG, Sra. Vania Furquim, por toda a ajuda na realização da presente reunião. O Sr. Moretti passou a palavra a Sra. Vanessa C. Bortolazzo, Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Agência das Bacias PCJ, que informou que houve um erro na numeração da reunião



## Ata da 10ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Itapeva/SP, em 14/12/2012

750 dos Comitês PCJ, realizada no 31/07/12, no Hotel Fazenda São João, em São Pedro/SP. A reunião deveria ter sido a 8ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, porém, sua numeração saiu como 9ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ. **3.2. Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Moretti passou a palavra a Sra. 755 Patrícia Barufaldi, Diretora Técnica da Agência das Bacias PCJ, que demonstrou a situação dos empreendimentos indicados em 2012, e a evolução dos desembolsos e conclusões de projetos das cobranças PCJ e FEHIDRO período de 1994 a 2012. **3.3. 760 Membros dos Plenários:** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, Secretário-executivo do Consórcio PCJ, que informou que, juntamente com o Sr. Eduardo Paschoalotti, estiveram presentes em Brasília, participando da 765 Reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e um dos assuntos abordados foi a execução de relatório sobre segurança de barragens, pela Agência Nacional de Águas (ANA). Após o Sr. Moretti passou a palavra ao

770 Sr. Francisco Antônio Moschini, do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai e do Instituto de Estudos Vale do Tietê, INEVAT, que lembrou as atividades desenvolvidas pelo Sr. Marcos Pareja (*in memoriam*), da entidade Preservação, de Limeira. O Sr. Moschini, ainda registrou homenagem ao prefeito de 775 Camanducaia, Dr. Célio, pelos trabalhos desenvolvidos na região mineira das Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Sidney José da Rosa, da P. M. de Itapeva, que parabenizou os prefeitos Célio de Faria Santos e Barjas Negri pela excelência na condução 780 dos seus trabalhos enquanto ocuparam os cargos nas presidências dos Comitês PCJ. **4. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Moretti passou aos presidentes e vice-presidente, os quais agradeceram a presença de todos e os trabalhos desenvolvidos durante 785 o ano de 2012. Retomando a palavra, o Sr. Moretti agradeceu a presença de todos e, com autorização dos presidentes, deu a reunião por encerrada.

**LUIZ ROBERTO MORETTI**  
Secretário-executivo  
Comitês PCJ

**CÉLIO DE FARIA SANTOS**  
Presidente do CBH-PJ e  
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

**BARJAS NEGRI**  
Presidente  
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL